

MENSAGEM DO EXECUTIVO № 070 DE 2025

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei que que autoriza o Município de Francisco Beltrão a proceder à municipalização de trecho urbano da rodovia estadual PR-180 e dá outras providências.

A proposição tem por objetivo formalizar a transferência de responsabilidade pela gestão do trecho compreendido entre a ponte sobre o Rio Marrecas (Avenida Attilio Fontana) e o início do viaduto do Contorno Noroeste, atualmente sob jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR, para o Município de Francisco Beltrão.

A medida decorre de tratativas e orientações técnicas junto ao DER/PR, que indicam a viabilidade da municipalização, considerando que o referido segmento se encontra inserido no perímetro urbano e é amplamente utilizado para o tráfego local de veículos e pedestres, desempenhando função essencial de mobilidade urbana.

Diante da relevância da matéria e dos benefícios diretos à mobilidade e segurança da população beltronense, solicitamos a análise e aprovação do presente Projeto de Lei, reafirmando o compromisso desta Administração com o planejamento urbano, o ordenamento do trânsito e a melhoria da infraestrutura viária do Município.

Renovo a Vossas Excelências os protestos de elevada estima e consideração.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 14 de outubro de 2025.

ANTONIO PEDRON PREFEITO MUNICIPAL







PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO N.º DE 2025

Autoriza o Município de Francisco Beltrão a proceder à municipalização de trecho urbano da rodovia estadual PR-180 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, submete à elevada apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à municipalização do trecho urbano da rodovia estadual PR-180, compreendido entre os seguintes pontos georreferenciados:

Km inicial: 488,42;

II. Km final: 489,08;

III. Coordenadas iniciais: 26° 1' 57.22" S - 53° 3' 50.80" O

IV. Coordenadas finais: 26° 2′ 11.92" S - 53° 3′ 33.93" O

Parágrafo único. A partir da efetiva transferência da titularidade, os serviços de manutenção, conservação, sinalização horizontal e vertical, bem como a fiscalização de trânsito no referido trecho, passam a ser de responsabilidade exclusiva do Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de cooperação mútua com o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, para viabilizar a execução das ações e procedimentos técnicos e administrativos necessários à municipalização do trecho mencionado no artigo anterior.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio específico com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR, objetivando disciplinar a execução das medidas relativas à manutenção, conservação e operação da via,







independentemente da transferência formal no registro cartorial, observada a legislação aplicável.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário, com recursos oriundos de convênios firmados com órgãos estaduais e federais.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 14 de outubro de 2025.

ANTONIO PEDRON PREFEITO MUNICIPAL



JUSTIFICATIVA

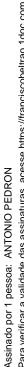
Submeto à apreciação desta Colenda Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que tem por finalidade autorizar a municipalização do trecho urbano da rodovia estadual PR-180, com extensão de 660 (seiscentos e sessenta) metro, compreendido entre a ponte sobre o Rio Marrecas (Avenida Attilio Fontana) e o início do viaduto do Contorno Noroeste, conforme orientações técnicas obtidas junto ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR.

O referido segmento da PR-180, embora originalmente concebido como rodovia estadual, hoje se caracteriza como via urbana consolidada, inserida em área de intensa ocupação e expansão do perímetro urbano. O trecho apresenta elevado volume de tráfego local, com predomínio de deslocamentos internos, incluindo transporte público, veículos de passeio, ciclistas e pedestres, o que justifica plenamente a transferência da gestão e manutenção para o Município.

A medida ora proposta encontra respaldo no artigo 30, incisos I e V, da Constituição Federal, que assegura aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de cooperação, os serviços públicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo. Ademais, está em consonância com as disposições da Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), que atribui aos órgãos municipais de trânsito a responsabilidade pela fiscalização, operação e sinalização das vias públicas sob sua jurisdição.

Do ponto de vista técnico e administrativo, a municipalização proporcionará autonomia e agilidade na execução de obras e serviços de infraestrutura viária, permitindo ao Município atuar de forma direta e imediata em intervenções de melhoria, conservação e sinalização, sem necessidade de autorização prévia do Estado. Isso representa eficiência administrativa, celeridade nas ações de manutenção e resposta mais rápida às demandas da população, especialmente em áreas de grande fluxo e relevância econômica.

Além disso, a medida permitirá integração plena do trecho ao sistema viário municipal, favorecendo o planejamento urbano e o ordenamento do trânsito, em harmonia com o Plano Diretor e com as políticas públicas de mobilidade urbana sustentável. Dessa







forma, o Município poderá adotar soluções de engenharia, segurança e sinalização mais adequadas à realidade local, garantindo maior fluidez, segurança e acessibilidade.

Importa destacar que a municipalização não implica, de imediato, aumento de despesas para o Município, uma vez que sua execução será viabilizada por meio de convênios e cooperação técnica com o Estado do Paraná e o DER/PR, conforme previsão expressa neste Projeto de Lei. Tal cooperação permitirá o planejamento conjunto das ações e a transferência gradual de responsabilidades, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços públicos.

Em síntese, trata-se de medida juridicamente legítima, administrativamente necessária e socialmente benéfica, alinhada aos princípios da eficiência, descentralização e interesse público, consagrados no art. 37 da Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Diante do exposto, e considerando os impactos positivos para a mobilidade, segurança viária e desenvolvimento urbano do Município de Francisco Beltrão, submeto o presente Projeto de Lei à análise e aprovação dos Nobres Vereadores, confiante na sensibilidade e no compromisso desta Casa Legislativa com as ações que promovem o progresso e a qualidade de vida da população beltronense.

Atenciosamente,

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 14 de outubro de 2025.

ANTONIO PEDRON PREFEITO MUNICIPAL



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6B60-EE28-A4A8-9BE5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

V

ANTONIO PEDRON (CPF 196.XXX.XXX-49) em 15/10/2025 19:20:17 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/6B60-EE28-A4A8-9BE5